



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO

DECLARO, que a Prefeitura de São Roque possui parcelamento de débitos com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme posição abaixo:

| PARCELAMENTOS – RPPS | | |
|----------------------|---|--------------|
| | Lei Municipal autorizadora nº: | 4494/2015 |
| | Nº do acordo: | 213/2010 |
| | Valor total parcelado: | 1.501.722,28 |
| | Quantidade de parcelas: | 60 |
| | Quantidade parcelas devidas no exercício: | 12 |
| | Quantidade parcelas pagas no exercício: | 12 |

* O Ente não possui parcelamento com o RGPS

São Roque, 14 de Maio de 2019.


Afonso Mariano Cantero
Prefeito de São Roque
Telefone: 11 3308.715



PREFEITURA DA ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SÃO ROQUE

Estado de São Paulo

DECLARAÇÃO

DECLARO, que a Prefeitura de São Roque possui parcelamento de débitos com o Regime Próprio de Previdência Social – RPPS, conforme posição abaixo:

| PARCELAMENTOS – RPPS | |
|---|--------------|
| Lei Municipal autorizadora nº: | 4636/2017 |
| Nº do acordo: | 307/2017 |
| Valor total parcelado: | 1.851.387,44 |
| Quantidade de parcelas: | 46 |
| Quantidade parcelas devidas no exercício: | 12 |
| Quantidade parcelas pagas no exercício: | 12 |

* O Ente não possui parcelamento com o RGPS

São Roque, 14 de Maio de 2019.


Lucas Silvestre Paula
Chefe de Serv. Técnico de Contabilidade
RG: 48.481.873-8

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00213/2010)

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: São Roque/SP
Endereço: Rua São Paulo, nº 966
Bairro: Taboão
Telefone: (011) 4784-8534
E-mail: gabinete@saoroque.sp.gov.br
Representante legal: DANIEL DE OLIVEIRA COSTA
CPF: 062.751.828-14
Cargo: Prefeito
E-mail: gabinete@saoroque.sp.gov.br

CNPJ: 70.946.009/0001-75
CEP: 18135-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE SÃO ROQUE
Endereço: Rua São Paulo, nº 966
Bairro: Taboão
Telefone: (011) 4712-2645
E-mail: aetorres@saoroque.sp.gov.br
Representante legal: JOSÉ DEODATO OLIVEIRA
CPF: 062.039.668-78
Cargo: Presidente
E-mail: aetorres@saoroque.sp.gov.br

15.520.193/0001-89
CNPJ:
CEP: 18135-000
Fax:

Complemento:
Data início da gestão: 15/04/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Reparcimento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº 4494, de 08 de dezembro de 2015 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE SÃO ROQUE é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Roque da quantia de R\$ 1.501.722,28 (hum milhão e quinhentos e um mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (24 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 04/2003 a 03/2009 cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Roque confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.501.722,28 (hum milhão e quinhentos e um mil e setecentos e vinte e dois reais e vinte e oito centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 25.028,70 (vinte e cinco mil e vinte e oito reais e setenta centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 25.028,70 (vinte e cinco mil e vinte e oito reais e setenta centavos), vencerá em 23/01/2016 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do reparcimento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de reparcimento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 4494, de 08 de dezembro de 2015.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IGP-M acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração

**TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00213/2010)**

acrescido de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de reparcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Roque - SP / 28/12/2015

Prefeitura Municipal de São Roque
DANIEL DE OLIVEIRA COSTA

FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE SÃO ROQUE
JOSE DEODATO OLIVEIRA

Testemunhas:

Aparecida Estelita Mattos Torres

Escriturário

CPF: 090.888.088-05

RG: 16.792.685

Priscila Mitie Yamamoto

Auxiliar de Escritório

CPF: 327.224.778-58

RG: 44.243.120 X

DECLARAÇÃO

TERMO DE ACORDO DE REPARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 00213/2010)

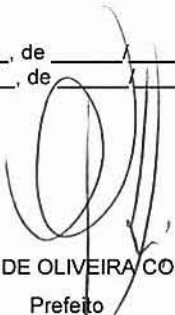
DANIEL DE OLIVEIRA COSTA, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Reparcimento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00213/2010, firmado entre o/a São Roque e o FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL DE SÃO ROQUE em 28/12/2015, foi publicado em 28/12/2015 no

(x) mural

() jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____ ()
Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

São Roque, ____/____/____


DANIEL DE OLIVEIRA COSTA
Prefeito

CÓPIA DE DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE POR: JOAO ARNALDO DA SILVA. Sistema e-TCESP. Para obter informações sobre assinatura e/ou ver o arquivo original
acesse <http://e-processo.tce.sp.gov.br> - link 'Validar documento digital' e informe o código do documento: 1-WU65-9H85-6JMQ-BZCK

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00307/2017)**

DEVEDOR

| | | | |
|----------------------|-----------------------------|------------------------|--------------------|
| Ente Federativo/UF: | São Roque/SP | CNPJ: | 70.946.009/0001-75 |
| Endereço: | RUA SÃO PAULO | CEP: | 18135-550 |
| Bairro: | TABOÃO | Fax: | |
| Telefone: | (011) 4784-8534 | Complemento: | |
| E-mail: | gabinete@saoroque.sp.gov.br | Data início da gestão: | 01/01/2017 |
| Representante legal: | CLAUDIO JOSE DE GÓES | | |
| CPF: | 055.745.858-71 | | |
| Cargo: | Prefeito | | |
| E-mail: | gabinete@saoroque.sp.gov.br | | |

CREDOR

| | | | |
|----------------------|----------------------------------|------------------------|--------------------|
| Unidade Gestora: | FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL | CNPJ: | 15.520.193/0001-89 |
| Endereço: | RUA SÃO PAULO | CEP: | 18135-512 |
| Bairro: | TABOÃO | Fax: | |
| Telefone: | (011) 4712-2645 | Complemento: | do Fundo de |
| E-mail: | administracao@saoroque.sp.gov.br | Data início da gestão: | 01/01/2017 |
| Representante legal: | EDUARDO VIEIRA DOMINGUES | | |
| CPF: | 020.897.868-25 | | |
| Cargo: | Presidente | | |
| E-mail: | administracao@saoroque.sp.gov.br | | |

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Nº 4.636 de 08 de Março de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de São Roque da quantia de R\$ 1.851.387,44 (hum milhão e oitocentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/2016 a 12/2016, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de São Roque confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.851.387,44 (hum milhão e oitocentos e cinquenta e um mil e trezentos e oitenta e sete reais e quarenta e quatro centavos), será pago em 46 (quarenta e seis) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 40.247,55 (quarenta mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 40.247,55 (quarenta mil e duzentos e quarenta e sete reais e cinquenta e cinco centavos), vencerá em 23/03/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais composto de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei nº 2702 de 06 de junho de 2002 - ART. 112.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IGP-M acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais composto de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00307/2017)

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IGP-M acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 1,00% ao mês (um por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Quinta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sexta - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Sétima - DO FORO

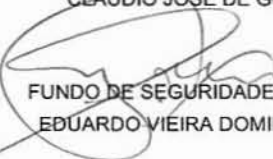
Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

São Roque - SP / 16/03/2017



Prefeitura Municipal de São Roque

CLAUDIO JOSE DE GÓES


FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL
EDUARDO VIEIRA DOMINGUES

Testemunhas:


CARLA ROGERIA AGOSTINHO
DIRETORA DE FINANÇAS
CPF: 144.941.638-13
RG: 19175828


ADRIANO RODRIGUES
FISCAL DE OBRAS
CPF: 228.672.178-57
RG: 447007154

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00307/2017)

DECLARAÇÃO

CLAUDIO JOSE DE GÓES, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00307/2017, firmado entre o/a São Roque e o FUNDO DE SEGURIDADE SOCIAL em 16/03/2017, foi publicado em 25/04/2017 no

☒ mural

☐ jornal _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

☐ Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

São Roque, 25/04/2017



CLAUDIO JOSE DE GÓES

Prefeito